



Concurso Público

001. PROVA OBJETIVA

Delegado de Polícia Civil de 1ª Classe

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **07**.

A morte do narrador

Recentemente recebi um *e-mail* de uma leitora perguntando a razão de eu ter, segundo ela, uma visão tão dura para com os idosos. O motivo da sua pergunta era eu ter dito, em uma de minhas colunas, que hoje em dia não existiam mais vovôs e vovós, porque estavam todos na academia querendo parecer com seus netos.

Claro, minha leitora me entendeu mal. Mas o fato de ela ter me entendido mal, o que acontece com frequência quando se discute o tema da velhice, é comum, principalmente porque o próprio termo “velhice” já pede sinônimos politicamente corretos, como “terceira idade”, “melhor idade”, “maturidade”, entre outros.

Uma característica do politicamente correto é que, quando ele se manifesta num uso linguístico específico, é porque esse uso se refere a um conceito já considerado como algo ruim. A marca essencial do politicamente correto é a hipocrisia articulada como gesto falso, ideias bem comportadas.

Voltando à velhice. Minha leitora entendeu que eu dizia que idosos devem se afundar na doença, na solidão e no abandono, e não procurar ser felizes. Mas, quando eu dizia que eles estão fugindo da condição de avós, usava isso como metáfora da mentira (politicamente correta) quanto ao medo que temos de afundar na doença, antes de tudo psicológica, devido ao abandono e à solidão, típicos do mundo contemporâneo. Minha crítica era à nossa cultura, e não às vítimas dela. Ela cultua a juventude como padrão de vida e está intimamente associada ao medo do envelhecimento, da dor e da morte. Sua opção é pela “negação”, traço de um dos sintomas neuróticos descritos por Freud.

Walter Benjamin, filósofo alemão do século XX, dizia que na modernidade o narrador da vida desapareceu. Isso quer dizer que as pessoas encarregadas, antigamente, de narrar a vida e propor sentido para ela perderam esse lugar. Hoje os mais velhos querem “aprender” com os mais jovens (aprender a amar, se relacionar, comprar, vestir, viajar, estar nas redes sociais). Esse fenômeno, além de cruel com o envelhecimento, é também desorganizador da própria juventude. Ouço cotidianamente, na sala de aula, os alunos demonstrarem seu desprezo por pais e mães que querem aprender a viver com eles.

Alguns elementos do mundo moderno não ajudam a combater essa desvalorização dos mais velhos. As ferramentas de informação, normalmente mais acessíveis aos jovens, aumentam a percepção negativa dos mais velhos diante do acúmulo de conhecimento posto a serviço dos consumidores, que questionam as “verdades constituídas do passado”. A própria estrutura sobre a qual se funda a experiência moderna – ciência, técnica, superação de tradição – agrava a invisibilidade dos mais velhos. Em termos humanos, o passado (que “nada” serve ao mundo do progresso) tem um nome: idoso. Enfim, resta aos vovôs e vovós ir para a academia ou para as redes sociais.

(Luiz Felipe Pondé, *Somma*, agosto 2014, p. 31. Adaptado)

01. Segundo o autor, sua leitora o interpretou mal ao supor que as críticas feitas em uma de suas colunas estavam direcionadas aos idosos, quando, na verdade, ele contestava
 - (A) a noção de que o idoso pode estar sujeito ao surgimento de doenças.
 - (B) o fato de a ciência moderna ainda se inspirar nos valores do passado.
 - (C) o uso do termo “negação” para designar um dos sintomas neuróticos.
 - (D) a sociedade que supervaloriza a juventude e nega o envelhecimento.
 - (E) os valores do passado, os quais não se ajustam à ideia de progresso.
02. Ao explicar por que os idosos “estão fugindo da condição de avós”, o autor defende a tese de que o homem moderno tem
 - (A) desejo de libertar-se por meio da morte.
 - (B) medo de ser abandonado e ficar só.
 - (C) pretensão de elevar-se pelo sofrimento.
 - (D) nostalgia dos tempos da infância.
 - (E) receio de perder os bens materiais.
03. De acordo com o texto, o que contribui para a desvalorização dos mais velhos na sociedade atual são
 - (A) o culto à beleza e a falta de tratamento para doenças típicas da velhice.
 - (B) o desprestígio da ciência e a dificuldade dos jovens em aprender com os adultos.
 - (C) a estagnação do progresso e a popularização de termos politicamente corretos.
 - (D) as ferramentas de informação e o questionamento do saber tradicional.
 - (E) o consumismo exagerado e o número reduzido de idosos na sociedade.
04. A partir da leitura do quinto parágrafo, conclui-se corretamente que
 - (A) o envelhecimento das gerações está cada vez mais precoce, o que se percebe ao se observarem os alunos em sala de aula.
 - (B) a nova geração tem se vangloriado do fato de os mais velhos demonstrarem interesse em aprender com ela.
 - (C) o fato de os mais velhos buscarem se parecer com os mais jovens acarreta um maior afastamento entre as gerações.
 - (D) os jovens estão se transformando em indivíduos fúteis e alienados em virtude da falta de diálogo com os mais velhos.
 - (E) a interação entre diferentes faixas etárias tem se mostrado profícua para a valorização do saber dos idosos.

05. Conforme o autor, hoje em dia “resta aos vovôs e vovós ir para a academia ou para as redes sociais”, porque
- (A) resolveram contribuir mais ativamente para a sociedade.
 - (B) tendem a ignorar as regras da sociedade de consumo.
 - (C) estão isentos dos sintomas neuróticos da sociedade atual.
 - (D) optaram por negligenciar a convivência em família.
 - (E) perderam seu papel de narrar e de interpretar a vida.

06. Considere o trecho do último parágrafo:

Em termos humanos, o passado (que “nada” serve ao mundo do progresso) tem um nome: idoso.

Apresentando entre aspas a palavra “nada”, o autor

- (A) destaca a opinião de que o idoso já não tem utilidade, para negá-la.
- (B) mostra sua adesão a uma tese progressista, que não acolhe o idoso.
- (C) refuta a ideia de que o idoso ainda pode conviver com o progresso.
- (D) reafirma a opinião de que o idoso não traz novas contribuições.
- (E) põe em dúvida a ideia de que idosos possam se adaptar à modernidade.

07. O termo empregado com sentido figurado está em destaque na seguinte passagem do texto:

- (A) Mas o fato de ela ter me entendido mal, o que acontece com **frequência** quando se discute o tema da velhice... (segundo parágrafo).
- (B) O **motivo** da sua pergunta era eu ter dito, em uma de minhas colunas, que hoje em dia não existiam mais vovôs e vovós... (primeiro parágrafo).
- (C) Walter Benjamim, **filósofo** alemão do século XX, dizia que na modernidade o narrador da vida desapareceu. (penúltimo parágrafo).
- (D) A própria estrutura sobre a qual se funda a experiência moderna – ciência, técnica, superação de tradição – agrava a **invisibilidade** dos mais velhos. (último parágrafo).
- (E) Minha **leitora** entendeu que eu dizia que idosos devem se afundar na doença, na solidão e no abandono... (quarto parágrafo).

08. Luiz Felipe Pondé afirma não _____ mais vovôs e vovós como antigamente, já que _____ cada vez mais _____ em copiar seus netos.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

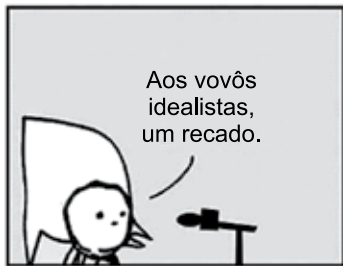
- (A) haver ... encontra-se ... empenhados
- (B) haver ... se encontram ... empenhados
- (C) haverem ... se encontra ... empenhado
- (D) haverem ... encontram-se ... empenhados
- (E) haver ... encontra-se ... empenhado

09. Assinale a alternativa em que o emprego das formas verbais está em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Se esta geração se dispor a ensinar os mais velhos, é possível que eles atualizem suas informações rapidamente.
- (B) As entidades que propuserem medidas para valorizar os idosos deverão beneficiar o convívio entre as gerações.
- (C) Precisamos de governantes comprometidos com as reformas que se fizerem necessárias para integrar o idoso à sociedade.
- (D) Quanto mais se manterem atentos aos ensinamentos dos idosos, mais os jovens perceberão o valor da experiência vivida.
- (E) A geração atual certamente teria muito a ganhar se reavisse o conhecimento acumulado pelos mais velhos.

10. Leia os quadrinhos.

palestra sobre os novos tempos



(André Dahmer, *Malvados*, 17.04.2014. www1.folha.uol.com.br)

Assinale a alternativa em que fala do palestrante está corretamente reescrita, com o sentido preservado, em linhas gerais, e em conformidade com as normas de regência e de ocorrência da crase.

- (A) Vovôs idealistas, as pessoas com menos de trinta anos não se deve dar confiança.
- (B) Vovôs idealistas, desconfiem a qualquer um com menos de trinta anos.
- (C) Vovôs idealistas, recusem-se à confiar em quem tiver menos de trinta anos.
- (D) Vovôs idealistas, à indivíduos com menos de trinta anos não se deve confiar.
- (E) Vovôs idealistas, não deem confiança àqueles com menos de trinta anos.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11. Considere a charge.



(Augusto Franke Bier, 2009)

A prática de nepotismo, além de ser uma atitude antiética, fere qual dos princípios explícitos da Administração Pública? E qual é a restrição imposta por esse princípio?

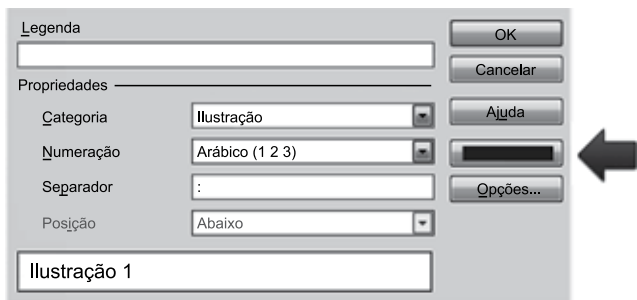
- (A) Fere o princípio da impessoalidade. Ou seja, ao representante público é proibido privilegiar pessoas específicas.
- (B) Fere o princípio do poder. Ou seja, um agente público não pode fazer uso do seu cargo ou função em benefício de parentes ou conhecidos.
- (C) Fere o princípio da eficiência. Ou seja, os funcionários públicos devem prezar pelo bem público e pelo bom uso dos recursos do Estado.
- (D) Fere o princípio da eficácia. Ou seja, os agentes públicos devem primar pelo interesse coletivo e pelo bom uso dos recursos do Estado.
- (E) Fere o princípio da legalidade. Ou seja, o funcionário público em suas funções e atribuições pode, em determinados casos previsto em Lei, empregar parentes.

12. Em grandes centros urbanos brasileiros, observa-se um desafio na questão da mobilidade urbana, ou seja, uma constante tensão entre o transporte de caráter individual e o transporte coletivo. Diante dos congestionamentos crescentes, por qual dos princípios implícitos da Administração Pública o administrador público deve se guiar para constituir uma política que privilegie o transporte coletivo em detrimento do transporte individual?
- (A) Pelo princípio da Inteligibilidade.
 - (B) Pelo princípio da Razoabilidade.
 - (C) Pelo princípio do Interesse Público.
 - (D) Pelo princípio da Eficiência.
 - (E) Pelo princípio da Alocação.
13. A partir de meados da década de 1990, a Administração Pública brasileira passou por uma revisão no papel governamental e iniciou-se a chamada Administração Pública Pós-burocrática. Nesse contexto, a Reforma Gerencial do Estado guiou-se pelo seguinte princípio:
- (A) O Estado deve focalizar as suas competências e capacidades em atividades relacionadas à educação, à saúde e à previdência.
 - (B) O Estado só deve atuar em áreas em que o setor privado não possui as competências e capacidades necessárias na entrega de produtos e serviços à sociedade.
 - (C) O Estado tem por obrigação a promoção da cidadania e a inclusão social das pessoas menos favorecidas e excluídas da sociedade.
 - (D) O Estado só deve executar diretamente as tarefas que são exclusivas de Estado, que envolvem o emprego do poder de Estado, ou nas quais se apliquem os recursos do Estado.
 - (E) O Estado deve valorizar a eficiência e a eficácia e, além disso, a participação de diferentes atores nas decisões da Administração Pública.
14. Um gestor público municipal da área de assistência social, em busca de alternativas para a melhoria na prestação dos serviços à sociedade, iniciou um processo de parcerias com creches conduzidas por ONGs situadas no município em que atua este gestor. Esse tipo de prática é frequente na gestão pública brasileira, e é denominada:
- (A) Socialização.
 - (B) Descentralização.
 - (C) Eficiência.
 - (D) Eficácia.
 - (E) Desconcentração.
15. Numa entrevista com um gestor público que tem como foco verificar conhecimentos atualizados sobre os diferentes tipos de organizações na administração pública brasileira, o entrevistado poderia citar, corretamente, exemplos de empresas públicas e de agências reguladoras brasileiras que estão contidos, respectivamente, em:
- (A) Petrobras e ECT – Empresa de Correios e Telégrafos; ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica e ANS – Agência Nacional de Seguros.
 - (B) BB – Banco do Brasil e CEF – Caixa Econômica Federal; ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil e ANI – Agência Nacional de Informática.
 - (C) Eletrobras e BB – Banco do Brasil; ANA – Agência Nacional de Águas e ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.
 - (D) Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e Petrobras ; ANS – Agência Nacional de Saúde e ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil.
 - (E) ECT – Empresa de Correios e Telégrafos e CEF – Caixa Econômica Federal; ANA – Agência Nacional de Águas e ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16. O MS-Windows 7, em sua configuração padrão, oferece, para a maioria dos seus programas, um local de armazenamento temporário de informações copiadas, que o usuário pode usar em algum outro lugar.
- Assinale alternativa que contém o nome desse local.
- (A) Painel de Controle.
 - (B) Prompt de Comando.
 - (C) Área de Transferência.
 - (D) Notas Autoadesivas.
 - (E) Monitor de Recursos.

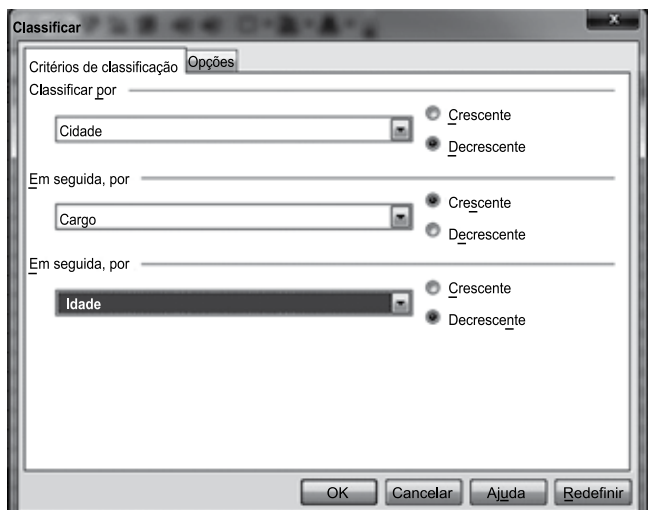
17. Observe a figura a seguir, extraída do Apache OpenOffice Writer 4.0.1, em sua configuração padrão. Ela apresenta a caixa de diálogo da opção Legenda..., acessada a partir do menu de contexto de uma figura.



Assinale a alternativa que contém o nome da opção que foi mascarada e indicada pela seta, que permite configurar o Writer para adicionar legendas automaticamente ao inserir alguns tipos de objetos, tais como tabelas, figuras e planilhas.

- (A) Definir legendas
 (B) Completar legendas
 (C) Autolegenda...
 (D) Mais opções
 (E) Insertir legendas...
18. Considere a tabela e a caixa de diálogo apresentadas a seguir, extraídas do Apache OpenOffice Calc 4.0.1, em sua configuração padrão.

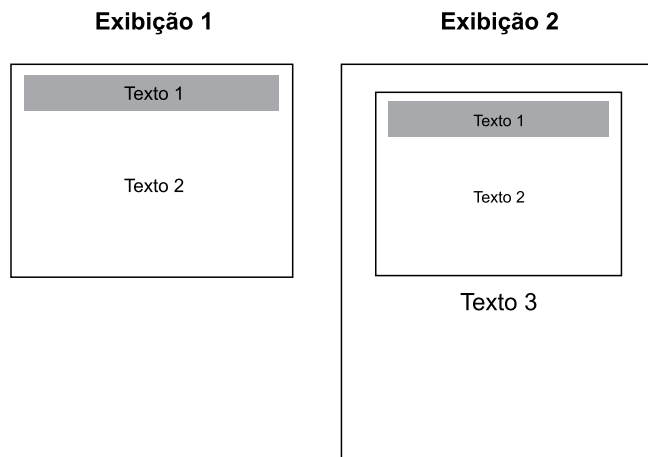
	A	B	C	D
1	Nome	Cargo	Cidade	Idade
2	Joana	Delegado	Fortaleza	23
3	Clara	Escrivão	Caucaia	43
4	Augusto	Escrivão	Fortaleza	33
5	Pedro	Escrivão	Caucaia	21
6	Daniel	Delegado	Caucaia	34



Assinale a alternativa que contém o nome que aparecerá na célula A6 após os critérios de classificação da caixa de diálogo Classificar serem aplicados na tabela apresentada.

- (A) Clara
 (B) Joana
 (C) Augusto
 (D) Daniel
 (E) Pedro

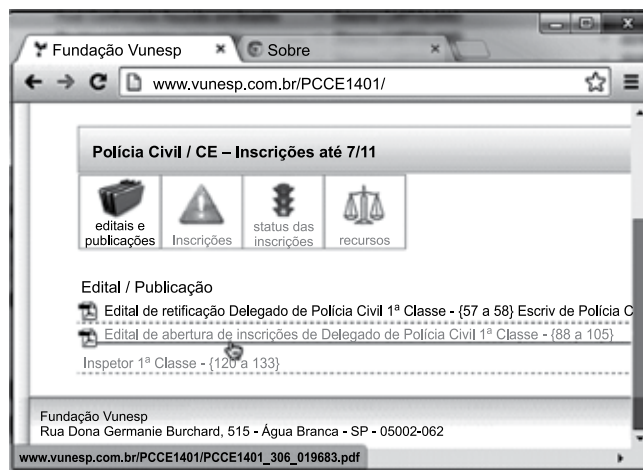
19. Observe as figuras a seguir, que apresentam o mesmo slide em duas exibições distintas da área de trabalho do Apache OpenOffice Impress 4.0.1, em sua configuração padrão.



A Exibição 1, Normal, é considerada a principal exibição para trabalho com slides individuais. Já a Exibição 2, chamada de _____, é utilizada para adicionar _____ para um slide.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado.

- (A) Notas ... notas
 (B) Estrutura de tópicos ... tópicos
 (C) Folheto ... folhetos
 (D) Rascunhos ... rascunhos
 (E) Classificador de slides ... classificações
20. A imagem a seguir foi extraída do Google Chrome 37.0, em sua configuração padrão. Ela apresenta o site da Fundação Vunesp e o mouse está posicionado sobre um link, sem clicar.



Assinale a alternativa que contém o nome do arquivo que será aberto quando o usuário clicar no referido link.

- (A) PCCE1401_Edital_de_abertura.pdf
 (B) PCCE1401_Edital_de_abertura_306_019683.pdf
 (C) PCCE1401_306_019683.doc
 (D) PCCE1401_306_019683.pdf
 (E) PCCE1401_Edital_de_retificação.pdf

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. Compete privativamente à União legislar sobre

- (A) organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.
- (B) direito tributário, orçamento, produção e consumo.
- (C) direito penal, processual, agrário e do trabalho.
- (D) direito penitenciário, conservação da natureza, educação e cultura.
- (E) direito financeiro, previdência social, proteção e defesa da saúde.

22. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de

- (A) dois cargos científicos com outro de professor.
- (B) um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- (C) dois cargos técnicos com outro de professor.
- (D) dois cargos de professor com outro técnico, em autarquias ou fundações.
- (E) um cargo técnico com outro científico.

23. Segundo os ditames do artigo 39, parágrafo 3º, da Constituição Federal, aplicam-se aos servidores ocupantes de cargo público alguns dos direitos igualmente assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais, previstos no artigo 7º e incisos, dentre os quais

- (A) fundo de garantia do tempo de serviço.
- (B) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- (C) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- (D) proteção em face da automação, na forma da lei.
- (E) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

24. As comissões parlamentares de inquérito serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, atendendo aos seguintes requisitos:

- (A) requerimento de um terço de seus membros, apuração de fato determinado e prazo certo de funcionamento.
- (B) requisição de um décimo dos membros da cada uma das casas, apuração de fato notório e discussão pública com entidades civis.
- (C) requisição de dois terços de seus membros, apuração de fato relevante e prazo extensivo à necessidade das investigações.
- (D) requisição de um décimo de seus membros, requerimento do Ministério Público e apuração de fato infamante.
- (E) requerimento do Ministério Público e realização de audiência pública com entidades da sociedade civil para determinar a relevância do tema.

25. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios serão realizados por lei

- (A) federal, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de plebiscito.
- (B) estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e submetidos a referendo popular.
- (C) federal, dentro do período determinado por lei complementar estadual, e submetidos a referendo popular.
- (D) estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de plebiscito.
- (E) estadual, dentro do período determinado por lei complementar estadual, e dependerão de plebiscito.

26. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana, observado o seguinte preceito:

- (A) o recebimento de recursos financeiros de entidades estrangeiras.
- (B) a prestação de contas à justiça estadual.
- (C) a obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas de âmbito nacional.
- (D) a subordinação a governos nacionais e internacionais.
- (E) o funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

27. São atos administrativos ordinatórios, entre outros,

- (A) os Decretos, os Despachos, os Regimentos e as Resoluções.
- (B) os Despachos, os Avisos, as Portarias e as Ordens de Serviço.
- (C) os Decretos, as Instruções, os Provimentos e os Regimentos.
- (D) as Instruções, as Deliberações, as Portarias e os Regulamentos.
- (E) os Regulamentos, as Instruções, os Regimentos e as Deliberações.

28. No que se refere ao poder disciplinar da Administração, é correto afirmar que

- (A) se aplica ao poder disciplinar o princípio da pena específica.
- (B) nem toda a condenação criminal por delito funcional acarreta a punição disciplinar.
- (C) a aplicação da pena disciplinar tem para o superior hierárquico o caráter de um poder-dever.
- (D) a punição disciplinar e a criminal têm fundamentos idênticos.
- (E) é possível admitir punição disciplinar desacompanhada de justificativa da autoridade que a impõe.

29. Quanto à classificação dos serviços públicos, é correto conceituar como serviços próprios do Estado aqueles que

- (A) se relacionam intimamente com as atribuições do Poder Público e para a execução dos quais a Administração usa sua supremacia sobre os administrados.
- (B) a Administração os presta remuneradamente, por seus órgãos ou entidades descentralizadas, ou delega sua prestação a concessionários, permissionários ou autorizados.
- (C) a Administração presta sem ter usuários determinados, vale dizer, atendem à coletividade no seu todo.
- (D) a Administração prepara para serem prestados ao público.
- (E) se consubstanciam em atividade econômica que só pode ser explorada diretamente pelo Poder Público.

30. Considerando o regime jurídico dos servidores públicos civis, a que alude a Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa correta.

- (A) A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- (B) O servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido removido, redistribuído, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá, no mínimo, 15 e, no máximo, 30 dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento à nova sede.
- (C) É possível a remoção para acompanhar pai ou filho também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração.
- (D) É de 30 dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- (E) O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de 90 dias para quitar o débito.

31. A Administração Pública deve atuar com legitimidade, segundo as normas pertinentes a cada ato e de acordo com a finalidade e o interesse coletivo na sua realização. Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o controle de mérito é todo aquele que antecede a conclusão do ato.
- (B) a inexistência de lei específica impede o controle externo popular.
- (C) se o ato pendente de decisão administrativa é inoperante, pode causar lesão ou ameaça de lesão a alguém, que passa a ter legitimação para se socorrer do Judiciário.
- (D) são características da fiscalização hierárquica a mutabilidade e a provocação.
- (E) o controle administrativo deriva do poder-dever de autotutela que a Administração tem sobre seus próprios atos e agentes.

32. Constitui ato de improbidade administrativa, importando enriquecimento ilícito, auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade, nas entidades mencionadas na Lei nº 8.429/1992, sujeitando o infrator, além do pagamento de multa civil, a
- (A) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 5 a 8 anos e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 2 anos.
- (B) perda dos bens e valores acrescidos ilegalmente ao patrimônio, da função pública, suspensão dos direitos políticos de 3 a 5 anos e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 3 anos.
- (C) perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 4 a 8 anos e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, pelo prazo de 5 anos.
- (D) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 anos.
- (E) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de 2 a 8 anos.
33. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução _____; a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, _____.
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.
- (A) e os efeitos penais da sentença condenatória ... desde que não decididos por sentença transitada em julgado
- (B) e os efeitos penais da sentença condenatória ... ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado
- (C) e os efeitos penais da sentença condenatória, excluídos os efeitos civis ... desde que não decididos por acórdão transitado em julgado
- (D) e os efeitos penais da sentença condenatória, excluídos os efeitos civis ... ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado
- (E) mas mantidos os efeitos penais da sentença condenatória ... desde que não decididos por sentença transitada em julgado
34. Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, mas desde que presentes algumas condições (entrar o agente no território nacional; ser o fato punível também no país em que foi praticado; estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição; não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena; não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável), os crimes
- (A) contra a administração pública, por quem está a seu serviço.
- (B) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- (C) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.
- (D) que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
- (E) contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.

35. Crime que tem reprimenda privativa de liberdade cominada de 1 (um) ano a 4 (quatro) anos, após ter reconhecida a modalidade tentada e sem considerar qualquer outra majorante ou minorante, terá pena fixada entre os patamares mínimo de
- (A) 4 (quatro) meses e máximo de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses.
 - (B) 6 (seis) meses e máximo de 3 (três) anos.
 - (C) 9 (nove) meses e máximo de 3 (três) anos e 4 (quatro) meses.
 - (D) 9 (nove) meses e máximo de 2 (dois) anos e oito meses.
 - (E) 4 (quatro) meses e máximo de 2 (dois) anos e 8 (oito) meses.
36. Considera-se em estado de necessidade quem
- (A) pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, ainda que nas circunstâncias seja exigível sacrifício.
 - (B) exclusivamente em situação de calamidade pública, pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
 - (C) pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
 - (D) exclusivamente em situação de calamidade pública, pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio (excluído direito alheio), cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
 - (E) pratica o fato para salvar de perigo iminente ou atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, ainda que nas circunstâncias seja exigível sacrifício.
37. Considere que determinado sujeito, portador de desenvolvimento mental incompleto, ao tempo da ação tinha plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato, mas era inteiramente incapaz de determinar-se de acordo com esse entendimento – o que fora clinicamente atestado nos autos em perícia oficial. Em consonância com o texto legal do art. 26 do CP, ao proferir sentença deve o juiz reconhecer sua
- (A) inimputabilidade.
 - (B) imputabilidade.
 - (C) semi-imputabilidade, absolvendo-lhe e aplicando-lhe medida de segurança.
 - (D) semi-imputabilidade, condenando-lhe e aplicando-lhe pena diminuída.
 - (E) semi-imputabilidade, condenando-lhe e aplicando-lhe medida de segurança.
38. Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. Trata-se da definição legal do
- (A) concurso formal.
 - (B) concurso material.
 - (C) concurso material benéfico.
 - (D) princípio da consunção.
 - (E) crime continuado.
39. Se da lesão corporal dolosa resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado morte, nem assumiu o risco de produzi-lo, configura(m)-se
- (A) lesão culposa e homicídio culposos, cujas penas serão aplicadas cumulativamente.
 - (B) lesão corporal seguida de morte.
 - (C) homicídio culposo qualificado pela lesão.
 - (D) homicídio doloso (dolo eventual).
 - (E) homicídio doloso (dolo indireto).
40. O crime de maus-tratos tem pena aumentada de 1/3 (art. 136, §3º do CP) se
- (A) praticado contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.
 - (B) resulta em lesão corporal, ainda que leve.
 - (C) o agente prevalece-se de relações familiares ou domésticas.
 - (D) praticado contra pessoa menor de 14 anos.
 - (E) praticado por agente público.
41. Aquela que com prévia intenção de vantagem patrimonial seduz outra pessoa, convidando-a à prática de ato sexual e, durante o coito, amarra a vítima ao leito, impossibilitando sua reação, a fim de que possa subtrair-lhe os pertences pessoais (dinheiro, telefone celular e automóvel), comete crime de
- (A) extorsão mediante sequestro.
 - (B) extorsão.
 - (C) roubo.
 - (D) furto.
 - (E) estelionato.

42. O filho de João tem grave problema de saúde e precisa realizar custoso procedimento cirúrgico, que a família não tem condição de pagar. Imagine que Pedro empresta R\$ 50.000,00 a João, mas como garantia de tal dívida exige que João, de próprio punho e em documento escrito, confesse ter traído a própria esposa, bem como ter fraudado a empresa em que ambos trabalham, desviando recursos em proveito próprio. João cede à exigência a fim de obter o empréstimo. A conduta de Pedro
- (A) é isenta de pena, por incidir causa supra legal que afasta a culpabilidade, qual seja, o consentimento da vítima.
- (B) configura exercício arbitrário das próprias razões.
- (C) é atípica, por ausência de previsão legal.
- (D) configura constrangimento ilegal.
- (E) configura extorsão indireta.
43. Marcelo é aprovado em concurso público para o cargo de Delegado de Polícia. Sabe que seu vizinho tem expedido em seu desfavor mandado de prisão. Mesmo antes de assumir o cargo, Marcelo procura seu vizinho, que é proprietário de automóvel de luxo, e solicita-lhe comprar o veículo por 1/3 do preço de mercado, insinuando de modo implícito que caso a proposta não seja aceita efetuará sua prisão tão logo assumo o cargo público. O vizinho não cede e Marcelo, mesmo após assumir o cargo, não toma qualquer atitude em desfavor de seu vizinho. Marcelo praticou
- (A) corrupção passiva.
- (B) estelionato, na modalidade tentada.
- (C) meros atos preparatórios.
- (D) corrupção passiva, na modalidade tentada.
- (E) concussão.
44. O crime de usurpação de função pública é qualificado se
- (A) do fato resulta prejuízo patrimonial para a Administração.
- (B) do fato o agente auferir vantagem.
- (C) ocorre em local ermo ou de difícil acesso ou durante repouso noturno.
- (D) praticado mediante o uso de uniforme ou insígnias ou qualquer outro elemento distintivo da atividade usurpada.
- (E) praticado em concurso de pessoas.
45. De acordo com o art. 62 da Constituição da República de 1988, é permitida a edição de Medida Provisória em matéria Penal?
- (A) Não.
- (B) Sim, desde que em caso de relevância e urgência.
- (C) Sim, desde que imediatamente submetida ao Congresso Nacional.
- (D) Sim, desde que tenha caráter despenalizador.
- (E) Sim, desde que não importe em criação de tipos penais ou aumento de pena.
46. A Constituição da República de 1988 (art. 5º, XLVII) veda expressamente a existência de pena de morte (salvo em caso de guerra declarada), além de vedar as penas
- (A) de caráter perpétuo; de trabalhos forçados; infamantes e cruéis.
- (B) de caráter perpétuo; de trabalhos forçados; de banimento e cruéis.
- (C) de banimento e cruéis.
- (D) de caráter perpétuo; de trabalhos forçados; de banimento; infamantes e cruéis.
- (E) de trabalhos forçados; infamantes e cruéis.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

47. O inquérito policial, nos crimes em que a ação pública depender de representação, _____; nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito _____.
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.
- (A) depende de queixa crime para sua instauração ... após colher o consentimento da vítima ou de terceiro patrimonialmente interessado na investigação do fato
- (B) pode ser instaurado independentemente dela, mas só pode embasar ação penal após manifestação positiva da vítima ... após oferecimento de queixa crime
- (C) só pode ser iniciado se não houver transcorrido o prazo decadencial de seis meses ... quando acompanharem a representação do ofendido o nome e qualificação de ao menos três testemunhas
- (D) não poderá sem ela ser iniciado ... a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la
- (E) depende de queixa crime para sua instauração ... após oferecimento de queixa crime

48. Prescreve o art. 6º, VIII do CPP: logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível.

Acerca do tema, a Constituição da República de 1988

- (A) recebeu integralmente o CPP.
- (B) ampliou as hipóteses de identificação criminal, admitindo-a também para testemunhas e declarantes.
- (C) ampliou os métodos de identificação criminal, admitindo expressamente outros que decorram do progresso científico, tais como os exames de DNA.
- (D) revogou totalmente o dispositivo do CPP, não admitindo mais a identificação criminal.
- (E) determina, com exceções previstas em lei, que o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal.

49. No caso de morte do ofendido,

- (A) o direito de oferecer queixa passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão; nos crimes de ação privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, instaurará de ofício a ação penal.
- (B) o direito de oferecer queixa se extinguirá; nos crimes de ação privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, instaurará de ofício a ação penal.
- (C) o direito de oferecer queixa passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão; nos crimes de ação privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal.
- (D) no curso da ação privada, declarar-se-á a extinção da punibilidade do ofensor; nos crimes de ação pública condicionada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal.
- (E) no curso da ação pública condicionada, declarar-se-á a extinção da punibilidade do ofensor; nos crimes de ação pública condicionada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal.

50. A competência para a ação penal, caso

- (A) desconhecido o domicílio do ofendido, será estabelecida pelo local da infração.
- (B) desconhecido o local da infração, será estabelecida pela residência ou domicílio do réu.
- (C) desconhecido o domicílio do réu, será estabelecida pela prevenção.
- (D) se trate de ação privada, ficará a cargo do querelante, que pode escolher entre o local da infração e o da sua própria residência.
- (E) se trate de crime tentado, será fixada no lugar onde deveria ter se consumado a infração.

51. Nos termos do art. 109, § 5º da Constituição da República de 1988, o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal é cabível nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte. Pode ser suscitado pelo _____ junto ao _____.

Preenchem, correta e respectivamente, as lacunas:

- (A) Procurador-Geral de Justiça de qualquer Estado ... STF
- (B) Procurador-Geral da República ou Procurador-Geral de Justiça de qualquer Estado ... STF
- (C) Órgão Especial de Tribunal de Justiça ... STF
- (D) Procurador-Geral da República ... STJ
- (E) Presidente de Tribunal de Justiça ou de Tribunal Regional Federal ... STJ

52. Determina o art. 156 do CPP que a prova da alegação incumbirá a quem a fizer. Tal norma

- (A) é relativizada, pois o juiz pode ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes.
- (B) é corolário do Estado Democrático de Direito, pois apenas ao acusado, tecnicamente assistido por advogado, é franqueado o direito de provar o que entende relevante para o sucesso de seus argumentos.
- (C) consagra o princípio da imparcialidade da jurisdição, pois ao Estado-Juiz é defeso realizar diligências de ofício no curso do processo.
- (D) consagra o princípio do *in dubio pro reo*, pois o juiz não pode determinar de ofício a produção de prova que aproveite a tese da parte autora.
- (E) consagra o princípio da inércia judicial, pois o julgador não poderá determinar a produção de provas no curso da ação penal.

53. Em matéria de prova, vige no processo penal o livre convencimento motivado. Todavia, o STJ fixou entendimento (súmula 74) estabelecendo que
- (A) para a decretação da extinção da punibilidade pela morte do acusado, é necessário que venha aos autos original ou cópia autenticada de certidão de óbito.
 - (B) a prova de idade de acusado maior de 70 anos, a fim de obter o benefício da prescrição pela metade, faz-se apenas por documento oficial válido e original.
 - (C) o reconhecimento da menoridade do acusado requer prova por documento hábil.
 - (D) a renúncia ao direito de queixa deve ser feita por escrito e na presença de testemunhas numerárias.
 - (E) a delação premiada só é válida se colhida na presença de órgão do Ministério Público e advogado constituído.
54. Assinale alternativa que contempla todas as hipóteses de decretação de interceptação telefônica (art. 3º, Lei nº 9.296/96).
- (A) Pelo juiz, a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal; ou pelo juiz, a requerimento do representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal.
 - (B) Pelo juiz, a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal; ou a requerimento do representante do Ministério Público ou da autoridade policial, na instrução processual penal.
 - (C) Pelo juiz, a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal; ou a requerimento do representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal.
 - (D) Pelo juiz, de ofício, ou a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal; ou a requerimento do representante do Ministério Público ou da autoridade policial, na instrução processual penal.
 - (E) Pelo juiz, de ofício, ou a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal; ou a requerimento do representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal.
55. Imagine que durante o curso de processo penal, e tendo como objetivo afastar o juiz da causa, o órgão do Ministério Público ou o defensor do acusado maneje uma queixa crime contra o juiz, a fim de buscar configurar uma inimizade capital. Nessa hipótese, a suspeição (CPP, art. 256)
- (A) não poderá ser declarada e nem reconhecida.
 - (B) deverá ser reconhecida, impondo-se multa à parte que provocou a situação.
 - (C) deverá ser reconhecida, impondo-se o afastamento do processo e/ou multa à parte que provocou a situação.
 - (D) não poderá ser declarada, apenas reconhecida.
 - (E) não poderá ser reconhecida, apenas declarada.
56. De acordo com o art. 289-A, § 1º do CPP,
- (A) qualquer agente policial poderá efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça, ainda que fora da competência territorial do juiz que o expediu, mas desde que o juiz do local da prisão seja previamente comunicado e lance seu “cumpra-se”.
 - (B) qualquer agente policial poderá efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça, ainda que fora da competência territorial do juiz que o expediu.
 - (C) apenas o agente policial lotado em unidade sujeita à competência territorial do juiz que expediu o mandado de prisão poderá efetuar a prisão determinada no respectivo mandado fora da competência territorial do juiz que o expediu, mas desde que o mandado seja registrado no Conselho Nacional de Justiça.
 - (D) apenas o agente policial lotado em unidade sujeita à competência territorial do juiz que expediu o mandado de prisão poderá efetuar a prisão determinada no respectivo mandado fora da competência territorial do juiz que o expediu.
 - (E) qualquer agente policial poderá efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça, mas apenas no território de competência do juiz que o expediu.
57. A prisão temporária é cabível (I) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial; (II) quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade e (III) quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado em alguns crimes expressamente citados no texto da Lei nº 7.960/90, entre eles
- (A) a corrupção passiva (CP, art. 317).
 - (B) a falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (CP, art. 273).
 - (C) a concussão (CP, art. 316).
 - (D) o contrabando (CP, art. 334).
 - (E) os contra o sistema financeiro (Lei nº 7.492/86).
58. Qual o recurso cabível e em qual prazo deve ser manejado contra decisão denegatória de *habeas corpus* proferida por uma vara criminal em primeiro grau de jurisdição?
- (A) Apelação; 5 dias.
 - (B) Recurso em sentido estrito; 2 dias.
 - (C) Recurso em sentido estrito; 5 dias.
 - (D) Apelação; 2 dias.
 - (E) Recurso em sentido estrito; 10 dias.

- 59.** Com relação ao Estatuto do Desarmamento, Lei nº 10.826/2003, assinale a alternativa correta.
- (A) É proibida a conduta de portar arma de fogo de uso permitido ou proibido, não se punindo, no estatuto, a conduta de portar ou possuir acessório ou munição para arma de fogo.
 - (B) O porte de arma de fogo com numeração raspada, previsto no parágrafo único, inciso IV, do artigo 16, refere-se tanto à arma de fogo de uso permitido como à arma de fogo de uso proibido/restrito.
 - (C) O artigo 16 prescreve que é proibido possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo de uso permitido sem autorização legal.
 - (D) O crime de disparo de arma de fogo, previsto no artigo 15 do estatuto, é autônomo, sendo que, na hipótese de o agente tentar matar a vítima com disparos de arma de fogo, responderá por tentativa de homicídio e pelo crime de disparo de arma de fogo em concurso material de delitos.
 - (E) A vedação à concessão de fiança prevista no parágrafo único do artigo 15 (disparo de arma de fogo) foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de constitucionalidade.
- 60.** A Lei nº 8.078/90 (Crimes Hediondos) tem como fundamento o artigo 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal e
- (A) impõe aos condenados por crimes hediondos regime integralmente fechado.
 - (B) autoriza a progressão de regime ao condenado reincidente após o cumprimento de 2/5 da sua pena.
 - (C) impede em todos os casos a substituição da pena corporal por restritiva de direitos.
 - (D) considera como hediondo o crime de epidemia, desde que com resultado morte.
 - (E) tem no seu artigo 1º os crimes considerados hediondos pelo legislador, cujo rol é exemplificativo.
- 61.** Pode-se afirmar sobre o crime de tortura, regulado pela Lei nº 9.455/97, que
- (A) será sempre de competência da Justiça Federal, independentemente do lugar do crime.
 - (B) é crime equiparado ao hediondo, caso ocorra o resultado morte.
 - (C) quando praticado pelo militar, ele será julgado pela Justiça Militar.
 - (D) o condenado por crime de tortura poderá perder o cargo, função ou emprego público, desde que este efeito seja expressamente declarado na sentença.
 - (E) as lesões leves suportadas pela vítima serão absorvidas pelo crime de tortura.

- 62.** Sobre a Lei de Organizações Criminosas, Lei nº 12.850/2013, é correto afirmar que
- (A) alterou (aumentando para 2 a 4 anos e multa) as penas previstas para o delito do artigo 342 do Código Penal (Crime de falso testemunho).
 - (B) pode ter por objeto a investigação de qualquer crime, desde que apenado com reclusão.
 - (C) define organização criminosa como sendo, dentre outros, uma associação de no mínimo cinco agentes.
 - (D) o acordo de colaboração realizado entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor somente será válido se formalizado na presença de um juiz, que em seguida o homologará.
 - (E) autoriza a infiltração, por polícias, em atividade de investigação, independentemente da existência de investigação formal iniciada, exatamente para preservar o sigilo das investigações.
- 63.** Com relação aos Juizados Especiais Criminais, instituídos pela Lei nº 9.099/95, pode-se afirmar que
- (A) têm competência para crimes e contravenções penais cuja pena máxima não seja superior a um ano.
 - (B) se o autor do fato não for localizado para sua citação pessoal, os autos serão redistribuídos para o juízo comum.
 - (C) têm competência para processar e julgar crime e contravenções penais que se iniciam por ação penal pública, com exclusão das ações penais privadas.
 - (D) não têm competência para processar e julgar réus reincidentes.
 - (E) não têm competência para processar e julgar delitos praticados com violência ou ameaça à pessoa.
- 64.** No curso das investigações, a Autoridade Policial toma conhecimento de intenso tráfico de drogas realizado por uma associação em determinada região da cidade e, com vistas à identificação e prisão dos criminosos, intercepta as conversas telefônicas de quatro suspeitos. Com relação a essa conduta, é correto afirmar que a Autoridade Policial
- (A) agiu corretamente, considerando que uma vez presentes fortes indícios de autoria e materialidade de delito punido com pena de reclusão, pode a Autoridade Policial determinar a interceptação das conversas telefônicas com base na Lei nº 9.296/96.
 - (B) incorreu no crime previsto no artigo 10 da Lei nº 9.296/96.
 - (C) agiu corretamente, considerando que a interceptação de comunicações telefônicas sobrepõe-se e dispensa outros meios de provas.
 - (D) não agiu corretamente, porque, segundo a lei, somente se autoriza interceptação de comunicação telefônica no curso da instrução processual e não no curso das investigações.
 - (E) não agiu corretamente, porque deveria ter submetido a análise da necessidade dessa prova ao Ministério Público, buscando autorização com o órgão ministerial.

- 65.** Com relação ao crime previsto no artigo 33 da Lei nº 11.343/2006 (Drogas), pode-se afirmar que
- (A) é crime material, pois exige a produção de resultado.
 - (B) prevê várias condutas incriminadoras, tendo o agente que incorrer em pelo menos mais de duas delas para a caracterização do delito de tráfico de drogas.
 - (C) traz a possibilidade de o juiz reduzir até 2/3 da pena do agente caso ele seja primário, de bons antecedentes e não se dedique a atividades criminosas e nem integre organizações criminosas.
 - (D) foi excluído do rol dos delitos equiparados aos hediondos, em razão da alteração legal que passou a admitir progressão do regime.
 - (E) estabeleceu penas maiores de prisão – comparadas à legislação anterior – para a conduta daquele que porta drogas para consumo pessoal.
- 66.** Paulo foi abordado pela polícia na via pública por estar em atitude suspeita e, indagado sobre sua identidade, apresentou aos policiais uma cédula de identidade (RG) rasurada, o que levantou suspeitas. Conduzido para a Delegacia de Polícia, com base na Lei de Identificação Criminal (Lei nº 12.037/2009), ao Delegado de Polícia compete a(s) seguinte(s) conduta(s):
- (A) solicitar de Paulo, como condição para não ser identificado criminalmente, algum documento fora daqueles previstos no rol do artigo 2º da Lei de Identificação Criminal.
 - (B) requisitar, por despacho fundamentado, a colheita de impressões digitais de Paulo, a fotografia dele e ainda a coleta de material biológico, considerando a dúvida que recai sobre a identidade dele em razão do RG rasurado que apresentou na sua abordagem.
 - (C) representar ao juiz pela prisão preventiva de Paulo, considerando que a dúvida sobre sua real identidade põe em risco a garantia da ordem pública e a aplicação da lei penal, levando-se em conta que ele foi preso em atitude suspeita na via pública.
 - (D) dispensar Paulo, considerando que a lei de identificação é expressa no sentido de que o civilmente identificado – como no caso – não será submetido à identificação criminal.
 - (E) registrar a ocorrência, submetendo Paulo, por despacho fundamentado, a processo datiloscópico e fotográfico, considerando a rasura do documento apresentado por ele, com base no artigo 3º, inciso I, da Lei de Identificação Criminal.
- 67.** Durante uma avaliação pericial em um homem de 22 anos, são constatadas as seguintes características: lesões puntiformes em região antecubital direita; pupilas extremamente mióticas; rebaixamento do nível de consciência; redução da frequência respiratória e redução da temperatura corpórea.
- Em relação aos achados descritos, assinale a alternativa correta.
- (A) Os achados sugerem um evento agudo e inesperado, possivelmente uma doença aguda (acidente vascular cerebral).
 - (B) Podem representar uma tentativa de suicídio possivelmente devido ao uso de antidepressivos tricíclicos.
 - (C) Trata-se de um provável trauma craniano do tipo contuso.
 - (D) Os achados corroboram o uso de droga ilícita com característica do tipo opioide (heroína).
 - (E) A descrição aponta para uma tentativa de indução de coma de forma criminosa, possivelmente por droga alucinógena (ácido lisérgico).
- 68.** Com relação ao crime sexual, sexualidade anômala e criminosa, é correto afirmar:
- (A) a sexualidade anômala engloba diferentes distúrbios caracterizados por degeneração psicopatológica, sempre envolvendo uma alteração de personalidade, mas sem qualquer tipo de associação com distúrbios orgânicos ou glandulares.
 - (B) a violência sexual sádica é a expressão de uma explosão de agressão totalmente instintiva e impulsiva, não sendo premeditada.
 - (C) o comportamento sexual anômalo é muito mais frequente em mulheres, na faixa dos 15 aos 25 anos, associado à baixa escolaridade e a distúrbios psiquiátricos primários.
 - (D) o onanismo é a forma de excitação sexual em objetos que ligam o indivíduo à pessoa desejada ou amada, muitas vezes de forma patológica, em geral peças de roupas ou determinadas partes do corpo.
 - (E) o abuso sexual é a prática de ato sexual com pessoa incapaz de opor resistência ou pessoa inconsciente, sendo as crianças e os adolescentes as maiores vítimas.

69. A traumatologia forense constitui um campo da medicina legal que se ocupa das implicações jurídicas dos traumatismos ou lesões em geral. Nesse aspecto, é correto afirmar:

- (A) os instrumentos perfurocontundentes produzem lesões por pressão intensa nos tecidos, em geral, com perfuração e secção. As lesões apresentam fundo irregular, com integridade de vasos e nervos no fundo da lesão.
- (B) os instrumentos contundentes podem produzir uma grande diversidade de lesões: escoriação, equimose, hematoma, ferida contusa, fratura, rotura de vísceras ocas, entre outras.
- (C) as características do orifício de saída produzidas por arma de fogo são: forma irregular, halo de enxugo, aréola equimótica e menos sangrantes que o orifício de entrada.
- (D) as lesões por agentes perfurantes comumente estão relacionadas com ação suicida ou acidental, raramente sendo consequência de ação homicida.
- (E) a equimose é a expressão final da infiltração hemorrágica nas malhas dos tecidos; apesar disso, ela tem pouca importância médico-legal, uma vez que não é possível correlacioná-la de forma temporal com o evento, lesão ou trauma.

70. Adolescente de 15 anos é avaliado em uma perícia. Ele apresentava: (a) dificuldade na fala, rouquidão e relatava dor na região cervical e na face; (b) edema e equimose de coloração vermelho-violácea na região periorbitária direita e esquerda; (c) hemorragia conjuntival e petéquias na pálpebra inferior de ambos os olhos; (d) escoriação linear, horizontal, uniforme, de coloração avermelhada, medindo 0,4 cm de largura, localizada abaixo da tireoide, estendendo-se pela circunferência do pescoço e interrompendo-se em sua região lateral esquerda.

A perícia descrita mais provavelmente sugere

- (A) estrangulamento por tentativa de homicídio.
- (B) edema e equimose observados na região periorbitária, como consequências da asfixia.
- (C) enforcamento por tentativa de suicídio.
- (D) que o evento ou dano ocorreu muito recentemente, provavelmente, em menos de 2 horas.
- (E) graves consequências clínicas secundárias à asfixia por inalante, por exemplo, monóxido de carbono ou cianeto.

71. A tanatologia forense usa de diversas e poderosas ferramentas para tentar estabelecer a identificação de um cadáver, o mecanismo e a causa da morte, o diagnóstico diferencial médico-legal, entre outras.

Com essas considerações, é correto afirmar:

- (A) com relação ao diagnóstico jurídico da morte com suspeita de violência oculta, as características são: lesões externas discretas a moderadas, mas ainda indefinidas, suspeita inicial de lesões ocultas (traumatismos, envenenamentos etc.) ou nos casos de estados de decomposição avançada.
- (B) apesar de todas as ferramentas modernas, há casos em que não é possível esclarecer a causa da morte, tendo que se concluir, por morte de causa indeterminada. Alguns estudos revelam que a percentagem de mortes de causa indeterminada, mesmo depois de realizada a autópsia médico-legal, varia de centro para centro, mas pode chegar a 50%.
- (C) a rigidez cadavérica resulta da supressão de oxigênio às células e acúmulo de ácido láctico. Embora variável, de maneira geral, começa entre 1 e 3 horas após a morte, em condições de temperatura ambiente usual. Inicia-se na mandíbula e na nuca e progride no sentido craniocaudal, desaparecendo após 24 horas, eventualmente após 36 a 48 horas.
- (D) as características da fase coliquativa são: pele íntegra, abertura dos orifícios naturais e perda do volume do corpo. Ela tem início em 48 horas e pode durar até 3 semanas.
- (E) os livores de hipóstase são manchas que se formam nas partes em declive do cadáver, por consequência da ausência de fluxo sanguíneo. Eles têm tonalidade violácea, surgem em torno da 10^a hora após a morte e fixam-se em torno da 20^a hora.

72. Assinale a alternativa correta no que diz respeito à Organização das Nações Unidas.

- (A) O nome Nações Unidas foi concebido pelo presidente norte-americano Franklin Roosevelt e utilizado pela primeira vez na Declaração das Nações Unidas em decorrência das discussões que se seguiram ao término da primeira Guerra mundial.
- (B) Durante a primeira reunião da Assembleia Geral da ONU, que aconteceu na capital do Reino Unido, Londres, em 1946, ficou decidido que a sede permanente da Organização seria nos Estados Unidos, na cidade de São Francisco, local em que até hoje está sediada.
- (C) É propósito das Nações Unidas conseguir uma cooperação internacional para resolver os conflitos armados e os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural, humanitário ou religioso.
- (D) É propósito das Nações Unidas manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim, tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz sem reprimir os atos de agressão já iniciados.
- (E) A Organização é baseada no princípio da igualdade de todos os seus Membros.

73. É disposição prevista na Declaração Universal dos Direitos Humanos:

- (A) Todo o homem tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
- (B) Todo o homem tem direito à instrução, que será gratuita pelo menos até o grau técnico-profissional.
- (C) Todo o homem tem direito à liberdade de reunião e de associação, independentemente do modo e dos fins a que deseja se associar.
- (D) Os Estados deverão, paulatinamente, conceder às crianças nascidas fora do matrimônio a mesma proteção social conferida aos nascidos dentro dele.
- (E) Os pais têm exclusividade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

74. Caracterizam-se como Regras Mínimas das Nações Unidas para tratamento dos Presos:

- (A) as diferentes categorias de presos deverão ser mantidas em estabelecimentos prisionais separados, sendo vedada a utilização de diferentes zonas dentro de um mesmo estabelecimento.
- (B) todo preso terá, em cada semana de trabalho, a oportunidade de apresentar, no mínimo, um e, no máximo, três pedidos ou queixas ao diretor do estabelecimento ou ao funcionário autorizado a representá-lo.
- (C) as instalações de banho e ducha devem ser suficientes para que todos os reclusos possam, quando desejem ou lhes seja exigido, tomar banho ou ducha a uma temperatura adequada ao clima, tão frequentemente quanto necessário à higiene geral, de acordo com a estação do ano e a região geográfica, mas pelo menos uma vez por semana num clima temperado.
- (D) o preso que não trabalhar ao ar livre deverá ter, se o tempo permitir, pelo menos 30 minutos por dia para fazer exercícios apropriados ao ar livre.
- (E) as horas de trabalho serão fixadas de modo a deixar dois dias de descanso mensal e tempo suficiente para a educação e para outras atividades necessárias ao tratamento e reabilitação dos presos.

75. No Brasil, com relação à diversidade étnico-racial, é correto afirmar:

- (A) a fim de fomentar a igualdade étnico-racial, é facultado aos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, o estudo da história geral da África.
- (B) é vedada a utilização da expressão população negra por ser considerada uma forma de discriminação decorrente de raça ou de cor.
- (C) as ações afirmativas adotadas para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades substituirão, paulatinamente, as medidas repressivas previstas para a prática do racismo, inclusive possibilitando a futura revogação de leis que a considere como crime.
- (D) são considerados ilegais programas e políticas de emprego e de geração de renda voltados para populações vítimas de intolerância étnica em virtude da vedação constitucional a qualquer forma de preconceito de origem, raça, sexo, cor ou idade.
- (E) a população negra abrange o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga.

DIREITO CIVIL

76. Assinale a alternativa correta, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002.

- (A) Não corre a prescrição contra os maiores de 16 (dezeses) e menores de 18 (dezoito) anos, salvo se existente uma das hipóteses de cessação da incapacidade.
- (B) São causas de cessação da incapacidade civil: a emancipação, o casamento, o exercício de emprego público efetivo e o falecimento de ambos os pais.
- (C) É irrevogável a opção acerca da disposição gratuita do próprio corpo, para fins científicos ou altruísticos.
- (D) A apuração dos fatos no juízo criminal, em regra, impede o curso da prescrição no âmbito civil.
- (E) Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.

77. No que tange às provas e seus meios de produção, assinale a alternativa correta.

- (A) São exemplos dos meios de prova a confissão, o documento, a testemunha, a presunção e a perícia, não havendo, em regra, hierarquia entre os meios de prova.
- (B) Admite-se a prova exclusivamente testemunhal para os negócios jurídicos que ultrapassem o décuplo do maior salário mínimo vigente no país, desde que haja mais de uma testemunha.
- (C) Os parentes colaterais por afinidade podem ser admitidos como testemunhas, independentemente do grau de parentesco.
- (D) A recusa à realização de exame médico necessário não pode gerar presunção em desfavor daquele que se nega.
- (E) Não é permitida a recusa a prestar depoimento sobre fato a cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar segredo.

78. Assinale a alternativa correta sobre os títulos de crédito, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002.

- (A) Não se admite mais de um aval para garantir o pagamento do mesmo título.
- (B) No vencimento, o credor não pode recusar-se ao recebimento do pagamento, ainda que parcial.
- (C) É nulo o endosso translativo nos títulos de crédito nominativos.
- (D) Em caso de endosso-mandato, o endossatário responde pelo protesto indevido, ainda que tenha agido nos limites de seus poderes.
- (E) Em regra, o endossante é solidariamente responsável pelo cumprimento da obrigação constante no título.

79. Sobre o instituto da posse, é correto afirmar:

- (A) a posse não pode ser adquirida por representante, haja ou não instrumento de mandato.
- (B) é facultado ao sucessor singular unir sua posse à de seu antecessor, para os efeitos legais.
- (C) o possuidor direto não tem proteção possessória contra o possuidor indireto.
- (D) em razão da vedação à autotutela, o possuidor esbulhado não pode adotar medidas imediatas, por sua própria força, para recuperar a posse.
- (E) o detentor possui proteção possessória equivalente à do possuidor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

80. Sobre o princípio do juiz natural, é correto afirmar:

- (A) faz referência à necessidade dos magistrados serem brasileiros, natos ou naturalizados.
- (B) tem relação com a prerrogativa de foro para determinadas pessoas, em razão do cargo ou função que ocupam.
- (C) garante que o juiz que primeiro conhecer a causa deve necessariamente julgá-la.
- (D) dispõe sobre a forma de promoção dos juizes, por antiguidade ou por merecimento.
- (E) está ligado à competência jurisdicional, imparcialidade do órgão julgador e vedação aos tribunais de exceção.

81. Assinale a alternativa correta acerca dos atos processuais.

- (A) Em regra, a carta precatória não possui caráter itinerante, não podendo ser apresentada para cumprimento em juízo diverso do que dela consta, para a prática do ato.
- (B) O aperfeiçoamento da citação realizada por hora certa independe do posterior envio de carta, telegrama ou radiograma ao réu, para dar-lhe ciência do ato.
- (C) Quando a citação se der por edital, o prazo para apresentar defesa inicia-se da data da última publicação do edital.
- (D) Os atos processuais iniciados antes das 20 (vinte) horas devem prosseguir além desse horário, independentemente de autorização judicial, sempre que o adiamento possa prejudicar a diligência.
- (E) A citação da pessoa jurídica de direito público é realizada, em regra, pelos correios, ressalvada ao autor a faculdade de requerer a citação por meio de oficial de justiça.

82. Assinale a alternativa correta sobre a prova testemunhal e sua produção.

- (A) A contradita à testemunha deve ser realizada imediatamente após o final do depoimento, sob pena de preclusão.
- (B) Em regra, primeiro são ouvidas as testemunhas do réu e, após, as testemunhas do autor.
- (C) Quando houver divergência de declarações, pode o juiz ordenar, de ofício, a acareação das testemunhas.
- (D) A testemunha será intimada por meio de oficial de justiça, sendo vedada a intimação pelos correios.
- (E) Os relativamente capazes não podem depor na qualidade de testemunha.

83. De acordo com a Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa correta.

- (A) Os incapazes não podem ser parte nas ações que tramitam perante o Juizado Especial Cível.
- (B) Têm competência para processar e julgar causas que não excedam 60 (sessenta) vezes o salário-mínimo.
- (C) É dispensável o comparecimento da parte autora na audiência de conciliação.
- (D) É indispensável a assistência da parte por advogado, independentemente do valor da causa.
- (E) Os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte não podem propor ação perante o Juizado Especial Cível.

84. Cabe ao Distrito Federal o imposto sobre

- (A) exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados (IE).
- (B) a importação de produtos estrangeiros (II).
- (C) a propriedade predial e territorial urbana (IPTU).
- (D) produtos industrializados (IPI).
- (E) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF).

85. Nos termos da Lei Complementar nº 101/00, compreende-se como modalidade de renúncia de receita

- (A) a conversão do depósito em renda.
- (B) o pagamento antecipado.
- (C) o parcelamento.
- (D) a consignação em pagamento.
- (E) o crédito presumido.

86. Assinale a alternativa correta.

- (A) As convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento dos tributos, como regra, podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
- (B) Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada ao pagamento da penalidade pecuniária.
- (C) O sujeito passivo da obrigação principal diz-se responsável quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- (D) Ressalvada disposição de lei em contrário, na solidariedade passiva tributária, a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.
- (E) Em matéria tributária, é possível a existência de solidariedade ativa, passiva e mista.

87. Determina a Constituição Federal que o imposto sobre a propriedade territorial rural não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel.

Referida determinação implica em

- (A) isenção.
- (B) imunidade.
- (C) remissão parcial.
- (D) remissão total.
- (E) anistia.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

88. Quanto às penas restritivas de direitos previstas na Lei nº 9.605/98, que trata dos Crimes contra o Meio Ambiente, assinale a alternativa correta.

- (A) O recolhimento domiciliar baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado, que deverá, sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer atividade autorizada, permanecendo recolhido nos dias e horários de folga em residência ou em qualquer local destinado a sua moradia habitual, conforme estabelecido na sentença condenatória.
- (B) As penas de interdição temporária de direito são a proibição de o condenado contratar com o Poder Público, de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios, bem como de participar de licitações, pelo prazo de três anos, no caso de crimes dolosos.
- (C) As penas restritivas de direito são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando se tratar de crime culposo ou for aplicada a pena privativa de liberdade inferior a seis anos.
- (D) A prestação de serviços à comunidade consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas ou onerosas junto a parques e jardins públicos e unidades de conservação, e, no caso de dano da coisa particular, pública ou tombada, na restauração desta, se possível.
- (E) A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro ao fundo de defesa de direitos difusos, de importância, fixada pelo juiz, não inferior a um salário-mínimo nem superior a trezentos e sessenta e cinco salários-mínimos; podendo o valor pago ser deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator.

89. Considerando a Lei nº 6.938/81, no que tange aos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, é correta a seguinte afirmação:

- (A) A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua; e, se ela for temporária, o prazo mínimo é de 10 (dez) anos.
- (B) A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévia delimitação das áreas de proteção ambiental.
- (C) Sem prejuízo da aplicação das penalidades definidas pelas legislações federal, estadual e municipal em razão do não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental, o poluidor é obrigado, desde que comprovada a existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.
- (D) O detentor de servidão ambiental não poderá aliená-la, cedê-la ou transferi-la em favor de outro proprietário ou de entidade privada, ainda que este tenha a conservação ambiental como fim social.
- (E) O Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, assim como o zoneamento ambiental, são alguns dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

90. Nos termos da Lei nº 12.651/12, entende-se por

- (A) *Crédito de carbono*: título de direito sobre bem intangível e incorpóreo transacionável.
- (B) *Olho d'água*: afloramento natural do lençol freático que apresenta perenidade e dá início a um curso d'água.
- (C) *Nascente*: afloramento natural do lençol freático, mesmo que intermitente.
- (D) *Manguezal*: áreas situadas em regiões com frequências de inundações intermediárias entre marés de sizíngias e de quadratura.
- (E) *Várzea de inundação ou planície de inundação*: área de várzea ou planície de inundação adjacente a cursos d'água que permite o escoamento da enchente.

91. Assinale a alternativa correta, no que tange à Educação Ambiental no Ensino Formal, em conformidade com o estabelecido pela Lei nº 9.795/99.
- (A) Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, é facultada a incorporação de conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.
 - (B) A dimensão ambiental poderá constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.
 - (C) A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.
 - (D) Aos professores em atividade é facultado receberem formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.
 - (E) Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, é obrigatória a criação de disciplina específica.

CRIMINOLOGIA

92. Os objetos de estudo da moderna criminologia estão divididos em
- (A) três vertentes: justiça criminal, delinquente e vítima.
 - (B) três vertentes: política criminal, delito e delinquente.
 - (C) três vertentes: política criminal, delinquente e pena.
 - (D) quatro vertentes: delito, delinquente, justiça criminal e pena.
 - (E) quatro vertentes: delito, delinquente, vítima e controle social.
93. Quando a vítima, em decorrência do crime sofrido, não encontra amparo adequado por parte dos órgãos oficiais do Estado, durante o processo de registro e apuração do crime, como, por exemplo, o mau atendimento por um policial, levando a vítima a se sentir como um “objeto” do direito e não como sujeito de direitos, caracteriza
- (A) vitimização estatal ou oficial.
 - (B) vitimização secundária.
 - (C) vitimização terciária.
 - (D) vitimização quaternária.
 - (E) vitimização primária.

94. Sobre a teoria da “anomia”, é correto afirmar:
- (A) é classificada como uma das “teorias de conflito” e teve, como autores, Erving Goffman e Howard Becker.
 - (B) foi desenvolvida pelo sociólogo americano Edwin Sutherland e deu origem à expressão *white collar crimes*.
 - (C) surgiu em 1890 com a escola de Chicago e teve o apoio de John Rockefeller.
 - (D) iniciou-se com as obras de Émile Durkheim e Robert King Merton, e significa ausência de lei.
 - (E) foi desenvolvida por Rudolph Giuliani, também conhecida como “Teoria da Tolerância Zero”.
95. Assinale a alternativa correta em relação aos modelos teóricos de reação social ao delito.
- (A) São três os modelos: o dissuasório, o ressocializador e o integrador; o primeiro, também conhecido como modelo clássico, tem o foco na punição do criminoso, procurando mostrar que o crime não compensa; o segundo tem o foco no criminoso e sua ressocialização, procurando reeducá-lo para reintegrá-lo à sociedade; e o terceiro, conhecido como justiça restaurativa, que defende uma intervenção mínima estatal em que o sistema carcerário só atuará em último caso.
 - (B) Apresentam dois modelos bem distintos: o tradicional e o moderno, por entender que um tem foco na punição e recuperação do delinquente, e o outro tem foco na reparação do delito; o primeiro olha para o delinquente e o segundo, somente para a vítima, não importando a recuperação do delinquente.
 - (C) Estão divididos em dois modelos: o concreto e o abstrato, nos quais os objetivos são comuns, ou seja, ambos estão focados no sujeito ativo do delito e em como fazer com que ele não volte a delinquir; o primeiro visa aplicar uma pena privativa de liberdade e o segundo, uma pena pecuniária.
 - (D) São três os modelos teóricos: o moderno, o contemporâneo e o tradicional; o modelo moderno objetiva tratar a prevenção do delito como um problema social, no qual todos têm responsabilidade na ressocialização do criminoso; o modelo contemporâneo entende que há necessidade das penas serem proporcionais ao bem jurídico protegido, enquanto que o modelo tradicional busca no sistema de justiça criminal (Polícia, Ministério Público, Poder Judiciário e Sistema Penitenciário) a efetividade para a prevenção do delito.
 - (E) São caracterizados por três modelos, também conhecido como as três velocidades do direito penal, um direito penal mais “duro” para os crimes mais violentos, um direito penal mais brando, como, por exemplo, para os crimes de menor potencial ofensivo e um direito penal intermediário, um meio termo, para os demais crimes.

96. Assinale a alternativa correta nos termos da Lei nº 9.826/74 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará).

- (A) A substituição, nos casos de impedimento legal ou afastamento de titular de cargo em comissão, será gratuita, salvo se exceder de 15 (quinze) dias, quando então será remunerada por todo o período.
- (B) Estágio probatório é o biênio de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado do início do exercício funcional, durante o qual é observado o atendimento dos requisitos necessários à confirmação do servidor nomeado em virtude de concurso público.
- (C) Disponibilidade é o deslocamento do funcionário de uma para outra unidade ou entidade do Sistema Administrativo, processada de ofício ou a pedido do funcionário, atendidos o interesse público e a conveniência administrativa.
- (D) A nomeação é o fato que completa a investidura em cargo público.
- (E) Estabilidade é o direito que adquire o funcionário efetivo de não ser exonerado ou demitido, senão em virtude de sentença judicial ou inquérito administrativo, em que se lhe tenha sido assegurada ampla defesa.

97. Fundada na hierarquia e na disciplina e com observância estrita dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da finalidade, da motivação e do interesse público, nos termos da Lei nº 12.124/93 (Estatuto da Polícia Civil de Carreira do Estado do Ceará), tem a Polícia Civil como uma das atribuições básicas:

- (A) o oferecimento de denúncia ao término do Inquérito Policial.
- (B) exercer, com exclusividade, a supervisão, o controle e a fiscalização dos serviços privados de vigilância e segurança patrimonial.
- (C) a colheita, o processamento e a análise de dados estatísticos de interesse policial-criminal e sua difusão.
- (D) a execução das medidas socioeducativas e de proteção aplicáveis a crianças e adolescentes.
- (E) exercer, com exclusividade, a preservação da ordem pública.

98. Segundo o disposto na Lei nº 12.124/93 (Estatuto da Polícia Civil de Carreira do Estado do Ceará), não terá ascensão funcional por merecimento o servidor

- (A) que estiver sendo investigado em procedimento criminal que possa resultar em aplicação de pena privativa de liberdade.
- (B) à disposição de órgãos não integrantes da estrutura organizacional da Secretaria da Segurança Pública.
- (C) que tiver sido punido disciplinarmente com a pena de repreensão nos 24 meses anteriores.
- (D) que tiver sido punido disciplinarmente com a pena de suspensão nos 36 meses anteriores.
- (E) que tenha exercido mandato eletivo.

99. Assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei nº 12.124/93 (Estatuto da Polícia Civil de Carreira do Estado do Ceará).

- (A) São recompensas previstas, no Estatuto da Polícia Civil de Carreira do Estado do Ceará, o elogio, o cancelamento de nota punitiva, a Medalha do Mérito Policial e a movimentação a pedido.
- (B) O dia 15 de novembro é consagrado à Polícia Civil e será oficialmente comemorado.
- (C) Para efeito de disponibilidade e aposentadoria, será computado em dobro o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal.
- (D) Caberá aplicação da pena de suspensão de trinta a cento e vinte dias nas transgressões do segundo grau.
- (E) O integrante da Polícia Civil poderá ser autorizado a se afastar do exercício funcional sem prejuízo do vencimento, quando for realizar estudo em outro ponto do território nacional ou no estrangeiro.

100. Nos termos da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011, (Criação da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário do estado do Ceará), é requisito para o servidor estadual ser designado para servir na Controladoria Geral de Disciplina:

- (A) não estar denunciado ou respondendo a qualquer processo criminal.
- (B) ser, obrigatoriamente, Bacharel em Direito, em Administração ou Gestão Pública.
- (C) se militar ou policial civil; possuir no mínimo 5 (cinco) anos de serviço operacional prestado na respectiva instituição.
- (D) não haver sido punido, nos últimos 12 (doze) meses, com pena de custódia disciplinar ou suspensão superior a 20 (vinte) dias.
- (E) não haver sido punido, nos últimos 12 (doze) meses, com pena de custódia disciplinar ou suspensão superior a 25 (vinte e cinco) dias.

